

Emmanuel Garcia Abrantes

Mestre em Direito Tributário pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Graduado em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET). Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Advogado em São Paulo.

A Realização da Renda da Pessoa Jurídica

Novas Impressões sobre o Conceito de Aquisição da Disponibilidade Econômica ou Jurídica da Renda

Série Doutrina Tributária Vol. XLIV



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

São Paulo – 2021

© Emmanuel Garcia Abrantes
 Todos os direitos desta edição reservados.



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO
 Av. Brigadeiro Luís Antônio, 290 – 7º andar – conjuntos 71 e 72
 CEP 01318-902 – São Paulo – Fone/Fax: (11) 3105-8206
 e-mail: ibdt@ibdt.org.br site: www.ibdt.org.br

Diretoria

Presidente: Ricardo Mariz de Oliveira
 Vice-Presidente: Luís Eduardo Schoueri
 Diretor Administrativo: João Francisco Bianco
 Diretor Financeiro: Rodrigo Maito da Silveira
 Diretores Executivos: Fernando Aurelio Zilveti e Luís Flávio Neto

Conselho Deliberativo: Bruno Fajersztajn, Fabiana Carsoni Alves F. da Silva, Humberto Bergmann Ávila, José Maria Arruda de Andrade, Mara Eugênia Buonanno Caramico, Martha Toribio Leão, Paulo Victor Vieira da Rocha, Ricardo Maitto da Silveira e Victor Borges Polizelli

Conselho Editorial Nacional: Fernando Aurelio Zilveti (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Humberto Ávila (Universidade de São Paulo/SP e Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS), João Francisco Bianco (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Luís Eduardo Schoueri (Universidade de São Paulo/SP), Paulo Celso Bergstrom Bonilha (Universidade de São Paulo/SP), Ricardo Mariz de Oliveira (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Roberto Ferraz (Pontifícia Universidade Católica do Paraná/PR), Roberto Quiroga Mosquera (Universidade de São Paulo/SP) e Walter Piva Rodrigues (Universidade de São Paulo/SP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

ABRANTES, Emmanuel Garcia

A143r A realização da renda da pessoa jurídica: novas impressões sobre o conceito de aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda. – São Paulo, SP: IBDT, 2021 (Série Doutrina Tributária, 44).

296 p. ; 14 x 21 cm.

ISBN 978-65-86252-41-5

1. Direito Tributário 2. Tributação da Renda 3. Contabilidade 4. Realização da Renda 5. Imposto de Renda 6. Pessoa Jurídica 7. Brasil
 I. Emmanuel Garcia Abrantes II. IBDT III. Título.

DORIS 341.39

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Tributário : Brasil
2. Tributação da Renda : Brasil
3. Contabilidade : Brasil
4. Realização da Renda : Brasil
5. Imposto de Renda : Brasil
6. Pessoa Jurídica : Brasil

Revisão: Carolina Mihoko Massanhi / Edição: Nelson Mitsuhashi
 Impressão e acabamento: Gráfica Paym

Sumário

Agradecimentos	7
Lista de figuras	9
Siglas e abreviaturas	11
Apresentação	17
Prefácio	19
Introdução	33

Capítulo 1

A Tributação da Renda e a Relação entre o Surgimento do Princípio da Realização na Contabilidade e no Direito Tributário

1.1. O conceito teórico de renda e suas bases econômicas.....	39
1.2. O surgimento do princípio da realização na contabilidade	46
1.2.1. O princípio da realização como corolário do conservadorismo contábil	47
1.2.2. A relativização do conservadorismo contábil	51
1.2.3. <i>True and fair view</i> , essência sobre a forma e o valor justo	58
1.3. A histórica relação entre contabilidade e tributação.....	74
1.4. A realização como critério para definição do momento adequado para a tributação da renda	84
1.4.1. As diferentes visões sobre a realização na perspectiva fiscal.....	84
1.4.2. Tributação baseada na realização (<i>realization based system</i>) x tributação baseada no acréscimo de valor (<i>accrual based system</i>).....	88

1.4.3. Breves notas sobre a realização da renda no direito estrangeiro	99
1.5. Síntese conclusiva do capítulo	107

Capítulo 2

O Imposto de Renda no Brasil: Premissas e Fundamentos para a Análise da Realização da Renda

2.1. Delimitações constitucionais à tributação da renda.....	109
2.1.1. O imposto de renda na Constituição: algumas premissas.....	109
2.1.2. Vetores constitucionais da realização da renda: a identificação do princípio da realização.....	118
2.1.2.1. Capacidade contributiva como fonte primária do princípio da realização da renda	118
2.1.2.2. Vetores ampliativos à realização da renda: universalidade e generalidade.....	132
2.1.2.3. Vetores restritivos à realização da renda: segurança jurídica e praticabilidade	134
2.1.3. O conteúdo geral do princípio da realização da renda: mensurabilidade, liquidez e certeza	139
2.2. O imposto de renda no CTN	146
2.2.1. O conceito de “renda e proventos de qualquer natureza” à luz dos incisos I e II do art. 43 do CTN: acréscimo patrimonial sintético x acréscimo patrimonial analítico	148
2.2.2. A noção de acréscimo patrimonial para fins do imposto de renda.....	155
2.3. Síntese conclusiva do capítulo	168

Capítulo 3

Uma Leitura Sistemática do Conceito de Aquisição da Disponibilidade Econômica ou Jurídica da Renda

3.1. Aquisição de disponibilidade como critério geral de efetivação da capacidade contributiva no imposto de renda	171
--	-----

3.2. As diferentes visões sobre a disponibilidade da renda:	
novas perspectivas	182
3.2.1. Corrente unitária	183
3.2.2. Corrente dicotômica “moderada”	184
3.2.3. Corrente dicotômica.....	184
3.2.3.1. Grupo 1: aquisição efetiva/posse (disponibilidade econômica) ou presumida de renda/propriedade (disponibilidade jurídica).....	185
3.2.3.2. Grupo 2: regime de caixa/separação (disponibilidade econômica) ou regime de competência/realização (disponibilidade jurídica).....	188
3.2.3.3. Grupo 3: situações de fato/ilícitos (disponibilidade econômica) ou de direito/lícitos (disponibilidade jurídica).....	190
3.2.3.4. Grupo 4: poder decisório sobre a aquisição da renda (disponibilidade econômica) ou efetivo exercício da aquisição da renda (disponibilidade jurídica)	193
3.2.4. A posição de Rubens Gomes de Sousa	195
3.3. A aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda: conteúdo especial do princípio da realização da renda	199
3.3.1. Análise crítica das correntes doutrinárias que definem a “disponibilidade da renda”	199
3.3.2. As manifestações do Supremo Tribunal Federal sobre os conceitos de disponibilidade e realização da renda	207
3.3.3. O conteúdo especial do princípio da realização: uma proposta de interpretação sistemática da expressão “aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica”	213
3.3.4. A aplicação do racional de disponibilidade e realização à CSLL.....	221

3.4. Critérios específicos de realização: análise prática	222
3.4.1. Realização em relações jurídicas transacionais (compra e venda e prestação de serviços): cumprimento da obrigação como critério básico	223
3.4.2. O valor justo e suas implicações	232
3.4.3. Realização por captura: regras de preço de transferência, distribuição disfarçada de lucros, alteração de regimes e <i>exit taxation</i>	248
3.4.4. Os impactos das cláusulas condicionantes na realização da renda: o exemplo dos contratos de compra e venda com preço contingente (<i>earn-out</i> , <i>holdback</i> e <i>escrow</i>)	253
3.4.5. Operações de permuta	258
3.5. Síntese conclusiva do capítulo	263
Conclusão	267
Referências	273